

RELATÓRIO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Retorno às Aulas Presenciais

27 DE OUTUBRO DE 2020

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Introdução

Trata-se de relatório da Audiência Pública, realizada no dia 27 de outubro de 2020, por meio do aplicativo Webex, com transmissão para o público pelo canal da Mediação Tecnológica no Youtube, realizou-se a Audiência Pública Virtual com o objetivo de informar à comunidade escolar sobre as ações que estão sendo realizadas para o retorno às aulas presenciais, assim que os órgãos competentes atestarem que o ambiente escolar está seguro para receber os alunos e servidores.

A Audiência Pública Virtual foi promovida pela Secretaria de Estado da Educação, sob a mediação do Secretário de Estado da Educação, Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, auxiliado pela Diretora Geral de Educação, Senhora Irany de Oliveira Lima Moraes, pela Diretora Administrativa e Financeira da Seduc, Senhora Marta Souza Costa e pelo Assessor do Gabinete da Seduc, Valmir Souto.

Contou com a participação direta dos seguintes órgãos e seus representantes: Agevisa - representada pelas Técnicas - Senhora Flávia Serrano e Senhora Vanessa Ezaki; Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - representado pelo Dr. Paulo Curi - Presidente Conselheiro; Ministério Público do Estado de Rondônia - representado pelo Promotor de Justiça Alexandre Jésus de Queiroz Santiago - membro Titular da Curadoria da Educação na Capital e pelo Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial da Infância e Juventude e da Defesa da Educação - Gaeinf, Dr. Marcos Giovane Ártico; Ministério Público de Contas - representado pela Procuradora, Dra. Yvonete Fontenelle de Melo; Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, representada pelo Deputado Lazinho da Fetagro; Defensoria Pública do Estado - representada pela Dra. Débora Machado Aragão; Conselho Estadual de Educação - representado pelo Vice-Presidente, Professor Agenor Fernandes de Souza, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, representada pelo Senhor Vilson Sena Macedo; Instituto Articule representado pela Dra. Alessandra Gotti; Sintero - representado pela sua presidente, professora Lionilda Simão de Souza e, Sinprof - representado pela Professora Janete Maria Warta.

Após a abertura realizada pelo Cerimonial da Seduc, o Secretário cumprimentou a todos os presentes na sala de reunião e declarou aberta a Audiência Pública Virtual. Frisou que desde o início da suspensão das aulas presenciais, a Seduc vem conversando com vários

entes, a fim de traçar caminhos seguros para a Educação no atual cenário de pandemia. Agradeceu ao Gaepe pelas contribuições concernentes às discussões e planejamentos em torno desse momento pandêmico que afetou diretamente a Educação, agradeceu a Agevisa por sua participação efetiva em apontar caminhos para uma melhor solução. Pontuou que outros estados retornaram às atividades escolares presenciais, mas, Rondônia tem suas peculiaridades e os órgãos competentes precisam verificar com segurança a possibilidade de retorno, pois, é preciso considerar muitos aspectos. Agradeceu ainda o Conselho Estadual de Educação, Undime e Sindicatos e desejou uma excelente audiência pautada na racionalidade, para a saúde do Estado de Rondônia.

Contribuições

Após a fala do Secretário, o Assessor Valmir Souto agradeceu a presença de todas as autoridades e, em seguida, realizou uma breve apresentação, em forma de slides, das ações que a Secretaria de Estado da Educação vem realizando desde o início do período pandêmico da Covid-19.

A apresentação abordou aspectos quanto à mobilização da Secretaria, formação, ferramentas de mediação, envolvimento dos professores e busca ativa dos alunos; atendimento psicopedagógico aos alunos e professores; disponibilização de aulas e formações por meio da Mediação Tecnológica e; finalizou a apresentação expondo um planejamento para possível retorno. Por fim, Valmir ressaltou que o regime de colaboração com o Gaepe foi fundamental para esse processo, sempre com foco na segurança de alunos e servidores.

Após a apresentação da Secretaria de Educação, a cerimonialista Karina agradeceu o apoio tecnológico da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação na infraestrutura de TI, para a realização desta Audiência. Na sequência, a Cerimonialista franqueou a palavra às autoridades, as quais foram lembradas que terão até dez minutos para expor suas contribuições. Assim, foram registradas de forma pontual as seguintes falas:

A **Coordenadora Flávia Serrano Batista da Agevisa** realizou uma apresentação, em forma de slides, do Plano de Retorno às Aulas com base em estudos e evidências científicas. Frisou que os vigilantes se preocupam com um retorno seguros às aulas. Afirmou que a

Agevisa tem buscado informações sobre o comportamento do vírus em estudos de todos os continentes. Abordou questões sobre a baixa transmissibilidade do vírus entre as crianças, ressaltou aspectos da Nota Técnica nº 53 que norteia as ações protocolares envolvidas no monitoramento epidemiológico dos casos e, que a Agevisa vem trabalhando para dar segurança aos alunos e profissionais. Ainda, representando também a Agevisa, a **Gerente Vanessa Ezaki** corroborou com a fala da Coordenadora Flávia. Acrescentou que, o fato de Porto Velho possuir um grande número de escolas, pode dificultar o trabalho de monitoramento. Enfatizou que os protocolos de segurança devem ser respeitados, como: distanciamento ampliado, uso de máscaras, higienização das mãos e uso de álcool em gel.

O Presidente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Dr. Paulo Curi destacou que o TCE precisou redefinir sua atuação enquanto órgão fiscalizador. Apontou que, por meio do Instituto Articule foi criado o GAEPE, onde acontecem reuniões intensas e produtivas com vistas a promover o possível retorno às aulas. Observou que a pandemia vai acrescentar mais uma camada de desafios à educação. Ressaltou que precisamos superar as questões sanitárias e que o momento se aproxima ao propício para o retorno. Todavia, o TCE está atento e está junto ao MP para fiscalizar a falta de planejamento de alguns entes. Afirmou que a Seduc precisa estar mais presente no que tange a auxiliar os municípios. Defendeu um retorno às aulas de forma híbrida, gradual e segura.

O Promotor do Ministério Público do Estado e Coordenador do Grupo de Atuação Especial da Infância e Juventude e da Defesa da Educação - Gaeinf, Dr. Marcos Giovane Ártico considerou a necessidade de retorno às aulas e um de planejamento efetivo dos municípios, cuja organização ainda se mostra incipiente. Disse que precisamos somar esforços para garantir um retorno seguro às aulas. Apontou os problemas de aprendizagem e perdas de habilidades na escrita e leitura em razão da falta de aulas. Defendeu um retorno planejado, híbrido e gradual. **O Promotor de Justiça Alexandre Jésus de Queiroz Santiago, membro Titular da Curadoria da Educação na Capital**, pontuou que em momento algum se pensou em agir de forma precipitada, mas com cautela e baseados em estudos. Afirmou que o aspecto sanitário é o mais relevante. Ressaltou que é necessário construir soluções por meio de diálogos e estão atentos para ouvir e estudar as melhores formas.

A **Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Yvonete Fontenelle de Melo** concordou com as falas dos promotores que a antecederam. Observou que os setores comerciais já estão funcionando, inclusive com a presença de crianças, e que a redução de contaminados é uma realidade. Defendeu um retorno gradual e híbrido, uma vez que há evidências de que as crianças são menos suscetíveis e há pouca transmissibilidade entre elas e por meio delas. Afirmou que o ensino à distância, mesmo com o empenho dos professores, não gera o mesmo resultado que o ensino presencial.

O **Deputado Lazinho da Fetagro, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, assinalou que, apesar dos dados informados pelos órgãos competentes, responsáveis pelos estudos do comportamento do vírus, e o anseio de muitos para o retorno às aulas, não acredita ser este o momento ideal para a retomada das aulas presenciais, uma vez que as crianças, mesmo sendo orientadas quanto à higienização, distanciamento social e uso de máscaras, não terão o cuidado em seguir rigorosamente tais medidas e, a falta desses cuidados poderá gerar contaminação de professores e familiares. Portanto, no momento, é contrário ao retorno presencial das aulas.

A **Defensora Pública do Estado, Dra. Débora Machado Aragão**, observou que os dados apresentados são incertos; que, de fato, existem estudos, mas ainda não concretos. Apesar da necessidade de retorno às atividades educacionais, no momento, a Defensoria entende que ainda não é o momento, pois os estudos não são conclusos, as crianças terão dificuldades em permanecer de máscaras e ainda, há um risco grande de contaminação.

O **Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Professor Agenor Fernandes de Souza**, enfatizou que o papel do Conselho é pautar sobre as questões pedagógicas e normas de funcionamento e oferta da educação. Pediu prudência, retidão e preservação quanto às decisões a serem tomadas.

O **Presidente da Undime, o Senhor Vilson Sena Macedo** defendeu um retorno às aulas com segurança sanitária para alunos, pais e professores. Disse ainda que protocolos sanitários que visam a segurança e preservação da vida precisam ser seguidos. Afirmou que os municípios estão adquirindo EPIs e, que a vistoria no transporte escolar tem de ser feita. Defendeu o retorno às aulas, mas considerou que cada município tem uma realidade e vai agir dentro de suas prerrogativas.

A **Presidente do Instituto Articule, Dra. Alessandra Gotti**, disse que é preciso construir pontes entre a educação pública e privada. Pontuou que o GAEPE é uma verdadeira força-tarefa, é uma governança que tem inspirado outros estados. Considerou que é compreensível a preocupação quanto ao retornos das aulas. Mas essa longa suspensão das atividades educacionais trouxe grandes prejuízos para o contexto educacional e aspectos emocionais do aluno. Defendeu um retorno híbrido, gradual, com triagem dos alunos que apresentam sintomas. Afirmou que o foco do GAEPE é apoiar os gestores para que sejam tomadas as medidas necessárias. Parabenizou a Seduc pela iniciativa da "Busca Ativa" dos alunos e solicitou da Secretaria maior apoio aos municípios.

A **representante do Sinprof, professora Janete Maria Warta**, pontuou que não podemos comparar abertura de comércios com abertura de escolas. Ressaltou que a educação não parou em momento algum, mas foi reinventada em razão do contexto pandêmico, sendo ofertada por meio digital e material impresso disponibilizado aos alunos. Em nome do Sinprof, declarou-se contrária ao retorno às aulas presenciais, uma vez que os riscos de contaminação ainda são evidentes. Afirmou que os professores não têm condições de, no momento, ministrar aulas de forma híbrida, haja vista a exaustão que se encontram. Frisou que já estamos próximos ao término do ano, portanto, encerrar o ano com as aulas digitais não acarretará prejuízo e finalizou defendendo um retorno de forma híbrida em 2021.

A **Presidente do Sintero, professora Lionilda Simão de Souza**, disse que a situação é preocupante, o estado não estava preparado para as aulas remotas e que houve muitas dificuldades no início do processo. Considerou que não houve resistência por parte dos professores, porque estavam conscientes que o conhecimento precisaria chegar ao aluno de alguma forma. Pontuou que o retorno às aulas é importante, mas a realidade do espaço escolar não é propício para a retomada no momento. Disse que é necessário analisar essa situação com muita responsabilidade, pois a contaminação ainda existe. Finalizou dizendo que não vê cenário para o retorno às aulas.

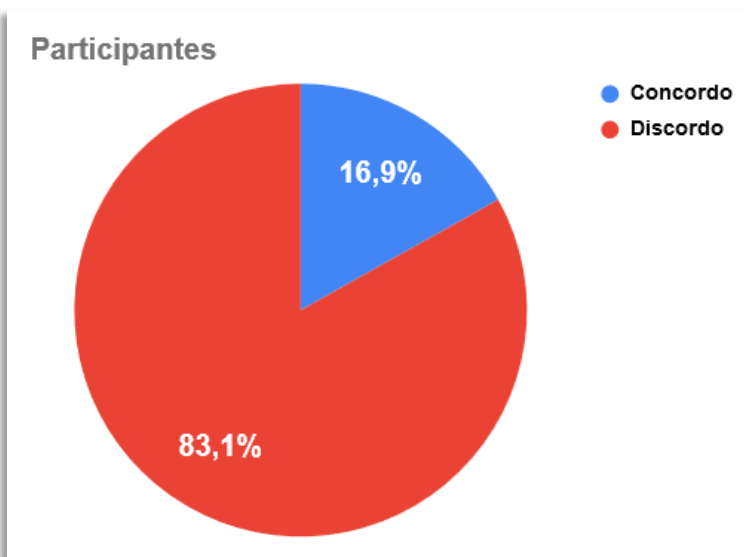
Encerrada a fala das autoridades presentes, o Assessor Vamir Souto agradece a presença de todas as autoridades que aceitaram o convite para fazer parte da Audiência Pública Virtual e informou que não houve registros de perguntas do público aos membros do painel, registraram-se apenas manifestações dos participantes através do chat, sendo estas, predominantemente, contrárias ao retorno presencial em 2020. Ainda, agradeceu

o público pela participação por meio do canal da Mediação Tecnológica, onde registraram comentários e responderam uma enquete disponibilizada pela Seduc.

Em seguida, o Secretário Suamy agradeceu a participação de todos os envolvidos nesse processo. Disse que as discussões com o GAEPE continuarão com vistas a encontrar o melhor caminho e, informou que será encaminhado ao GAEPE e ao Governador um relatório com dados colhidos durante a Audiência. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Secretário deu por encerrada a Audiência Pública Virtual, a qual foi registrada em Ata, assim como gravada, ficando disponível no Canal da Mediação Tecnológica no YouTube.

A Audiência Pública contou com a presença de mais de 4 mil participantes através do Canal do YouTube, tendo mais de 24 mil visualizações. Participaram profissionais da educação, pais, responsáveis, setores governamentais e não governamentais, profissionais de saúde dentre outros seguimentos. Durante a Audiência foi disponibilizado um formulário para que os participantes pudessem manifestar suas posições. Foram registradas 8.516 respostas ao questionário, conforme ilustrado nas Figuras abaixo:

Figura 1



Dos 8.516 participantes, 1.438 manifestaram concordarem com o retorno às aulas presenciais ainda em 2020, enquanto 7.078 manifestaram não concordarem com esse retorno. Percentualmente foram 16,9% favoráveis ao retorno e 83,1% desfavoráveis.

Figura 2

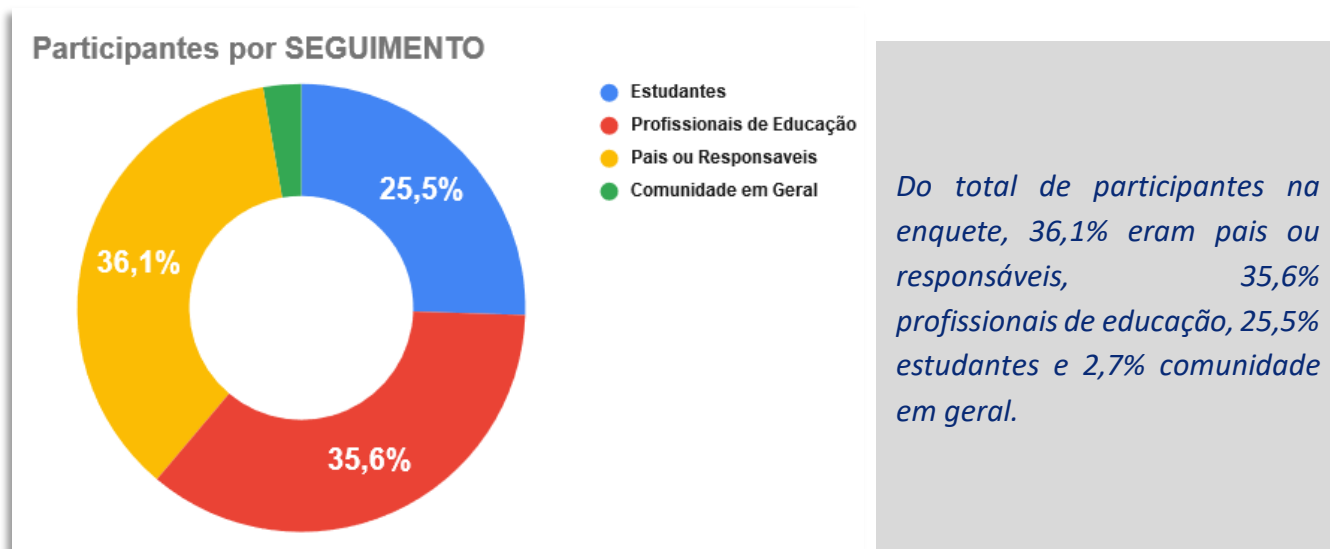


Figura 3

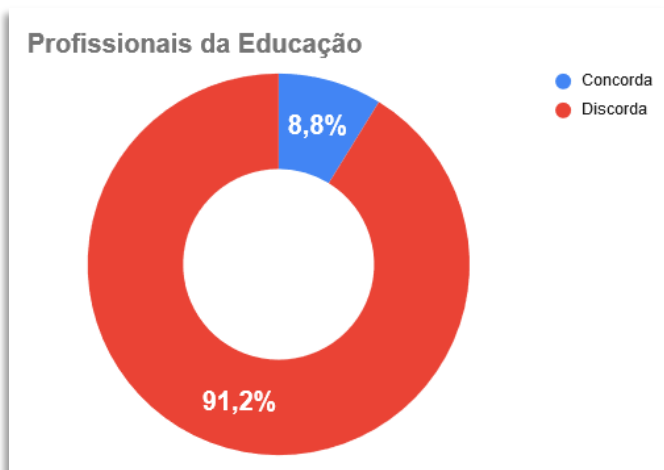


Figura 4

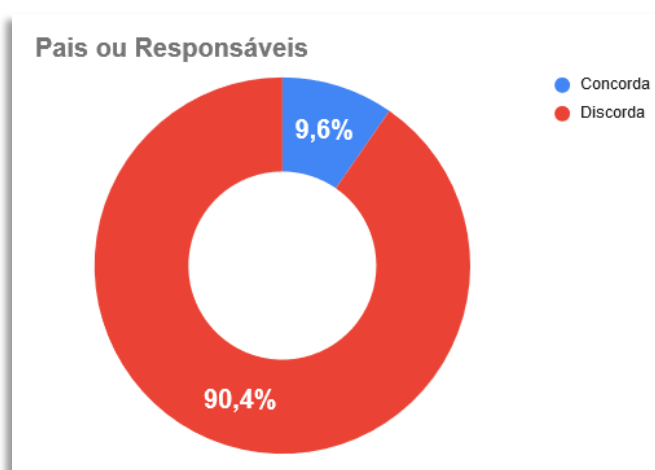


Figura 5

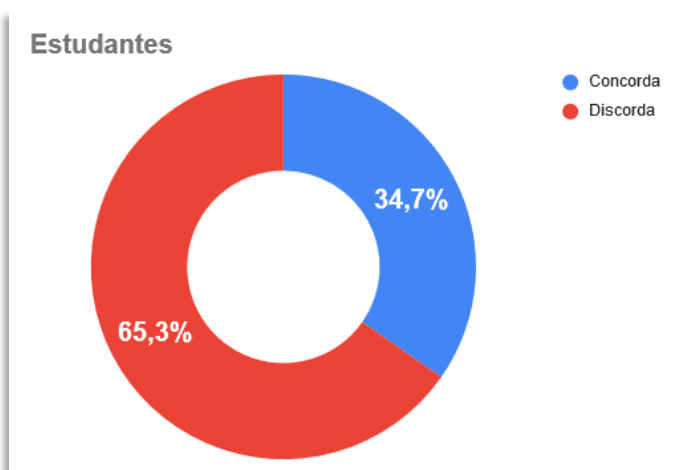
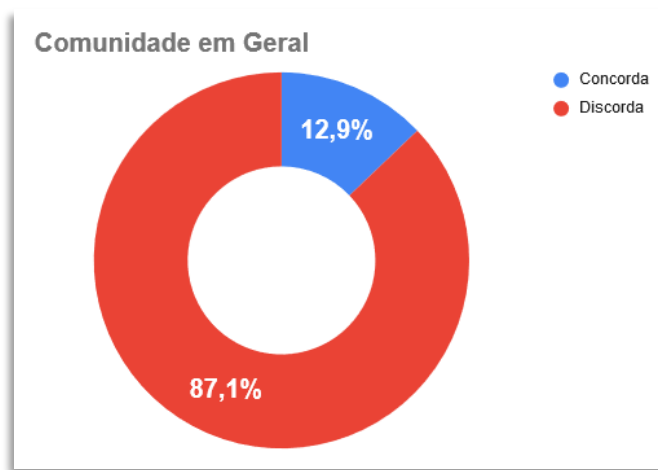
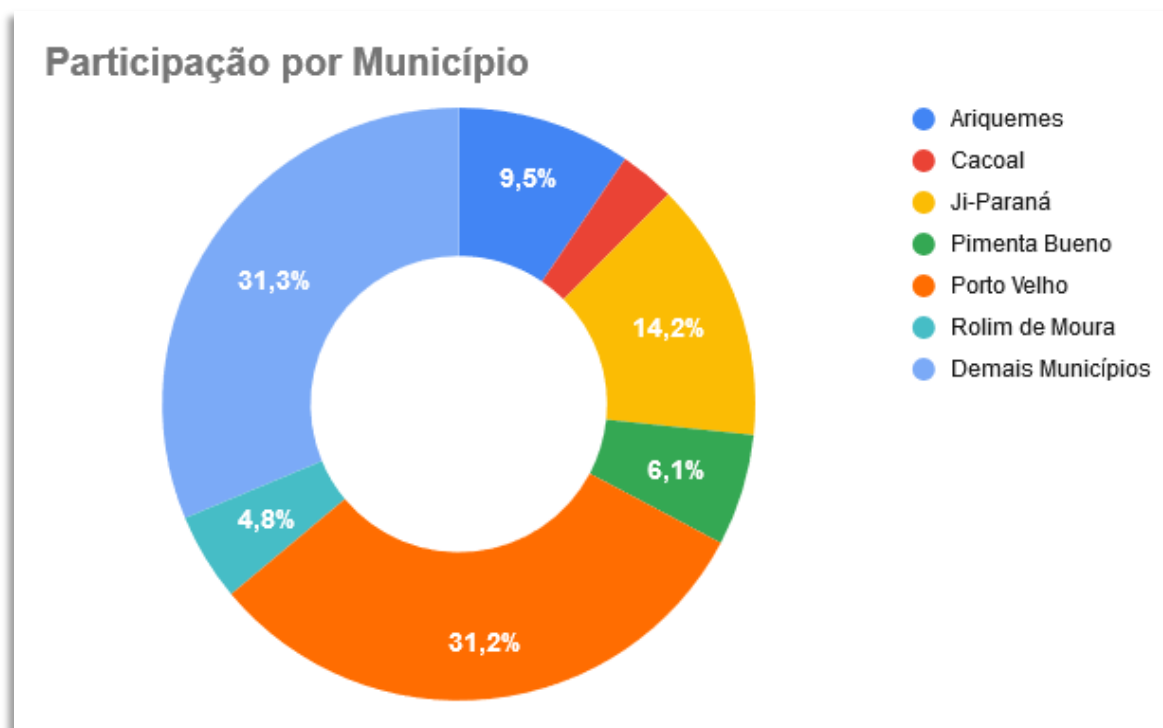


Figura 6



Do total de participantes na enquete, 91,2% dos profissionais de educação se manifestaram contrários ao retorno, contra 8,8% favoráveis. Já os pais ou responsáveis, 90,4% se manifestaram contrários e apenas 9,6% favoráveis. Entre os estudantes, esse percentual ficou em 34,7% favoráveis contra 65,3% contrários. Finalizando, 87,1% da comunidade se manifestou contrário ao retorno enquanto 12,9% foram favoráveis.

Figura 7



A participação por município se deu da seguinte forma: Seis (6) dos 52 municípios representaram 70% dos participantes, sendo Porto Velho 31,2%; Ji-Paraná 14,2%; Ariquemes 9,5%; Pimenta Bueno 6,1%; Rolim de Moura 4,8%, Cacoal 2,9% e 31,3 os demais municípios.

Conclusão

Na Audiência Pública, a Secretaria de Estado da Educação debateu sobre o retorno às aulas presenciais, mais especificamente a forma e quando se deveria dar esse retorno, restando pactuado que os subsídios apresentados serão levados em consideração para o planejamento e definição desse retorno. Informa-se que, após a realização da Audiência Pública, as manifestações e discussões estabelecidas foram consolidadas no presente relatório que estará disponível na página oficial do Governo do Estado de Rondônia. Ressalte-se que o presente relatório, bem como a gravação em áudio e vídeo também estarão disponíveis no referido Portal e serão encaminhadas cópias às entidades participantes.